

Direito Constitucional
Mestrado Científico - 2018/2019

Turma D

Prof. Doutor Ricardo Branco

PROGRAMA

Constituição, Tribunais e Processo: o Direito Constitucional da função
jurisdicional

1. Como é consagrada, para que serve, por que órgãos e por que específico modo é exercida, segundo a Constituição, a função jurisdicional: a causa da função jurisdicional na Constituição

2. Os fins específicos da função jurisdicional e os instrumentos constitucionalmente aptos à sua prossecução:

2.1. A função jurisdicional e os tribunais: a reserva constitucional de jurisdição, a independência judicial e a sujeição dos tribunais à lei como determinante de um modo metodológico de decisão judicial

2.2. A causa constitucional do "processo" como *iter* jurisdicional e a efetividade da tutela de direitos obtida segundo o modelo da resolução de conflitos em termos de contraditório e de igualdade de armas

2.3. A garantia de direitos, a resolução de conflitos de interesses e a repressão de violação das normas no contencioso de atos jurídico-públicos normativos e não normativos: as justiças constitucional e administrativa e a sua causa na Constituição

2.4. A causa-função da justiça criminal e do processo penal na Constituição

3. Constituição e especialização das jurisdições

3.1. Desenvolvimento dos tipos constitucionais de jurisdição

3.1.1. Os vários ramos da jurisdição dita "comum"

3.1.2. Constituição e Tribunal Constitucional

3.1.3. Constituição e Tribunal de Contas

3.1.4. Constituição e tribunais arbitrais

3.2. Estudo e desenvolvimento dos potenciais conflitos de jurisdição, segundo as determinantes constitucionais da sua resolução: reservas constitucionais materiais de jurisdição e outras normas determinantes

4. Constituição, processo e "processos"

4.1. Determinantes constitucionais das regulações processuais: generalidades e especificações

4.2. A Constituição Processual Penal

4.3. Constituição, Justiça Constitucional e Contencioso Administrativo numa perspetiva das determinantes constitucionais dos respetivos processos

5. Constituição e decisão jurisdicional

5.1. A Constituição e as vinculações das várias decisões jurisdicionais como termo de cada tipo de processo: metodologias de obtenção da decisão, de facto e de Direito, incluindo as determinantes constitucionais da prova e das decisões segundo a equidade

5.2. Constituição e motivação de decisões jurisdicionais

5.3. Constituição e publicidade de decisões jurisdicionais

5.5. Constituição e revisibilidade de decisões jurisdicionais: os recursos

5.6. Constituição e vinculatividade das decisões jurisdicionais: sentido e limites intraprocessuais e extraprocessuais do caso julgado

6. A função jurisdicional e o Estado Constitucional de Direito em Portugal

7. Função jurisdicional no quadro específico da separação de poderes: enunciação geral e especificações constitucionais